

---

**Reunião Extraordinária** – Ata nº 01/2015

**Data** – 07-07-2015

**Início** – 09.30 horas

**Local** – Cidade de Abrantes, no Edifício Pirâmide

**Termo** – 13.15 horas

**Presenças:**

**Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

**Vereadores** João Carlos Caseiro Gomes  
Celeste Maria Ferreira Riachos Gomes  
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatós Reis  
Luís Filipe Correia Dias  
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório  
Avelino Manuel Conceição Manana

**Técnica Superior** – Catarina Alexandra Justino Santos

**Falta justificada:** a vereadora Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório apresentou justificação para a sua falta à reunião de 30 de junho de 2015.



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos, para análise e discussão dos seguintes pontos da ordem de trabalhos:

**Nº 01 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação, o Plano Estratégico Abrantes @2020.

A Presidente da Câmara apresentou o Plano Estratégico Abrantes @2020 salientando as linhas estratégicas de intervenção, as ações estruturantes e os projetos prioritários previstos no plano.

O vereador Avelino Manana manifestou a sua preocupação face ao volume de investimentos previsto no Plano Estratégico, cuja exequibilidade dependerá fortemente da capacidade de captar fundos comunitários.

Paralelamente, disse que, pese embora concorde com as linhas de ação definidas, discorda com a responsabilidade financeira assumida em algumas áreas que serão da competência do poder central.

Apresentou algumas dúvidas relativamente ao retorno de alguns investimentos, nomeadamente no Tecnopolo.

Disse ainda que desconhece o resultado da aplicação dos critérios de distribuição dos fundos comunitários pelas áreas propostas, bem como das suas taxas de comparticipação.

A vereadora Elza Vitório disse que, pese embora possam existir outras opiniões, o tempo entre a disponibilização dos documentos e a presente reunião não foi, no seu ponto de vista, adequado.

Disse que o Plano Estratégico apresentado se centra muito na cidade e não é abrangente a todo o concelho de Abrantes, pelo que conduz à desertificação e à convergência para a cidade. Disse que não encontra no plano medidas inovadoras nem medidas que contribuam para a fixação e captação de pessoas para o concelho.

A Presidente da Câmara disse que se trata de um plano ambicioso que necessitará, a todo o tempo, de ser revisto. Poderão ser tomadas opções no seu decurso, em função da captação de fundos comunitários, que é uma condicionante à execução do plano.

Sobre as taxas e os critérios de financiamento ainda não há muita informação. Sabe-se, contudo, que a comparticipação será de 85% do montante elegível, sendo a componente nacional de 15% a suportar pelo município.

Disse também concordar com o vereador Avelino Manana quando se refere a ser da responsabilidade da administração central o financiamento das áreas da sua competência, contudo não é tão inflexível. Entende que se a autarquia se escusar em assumir a comparticipação de projetos da competência da administração central, os projetos não avançarão, ficando Abrantes mais pobre.

Quanto à centralização dos projetos na cidade, não se trata de uma opção municipal, já que é o próprio quadro comunitário que assenta numa política de cidades. Essa terá sido uma opção ao nível governamental na fase de negociação do quadro.

Na leitura mais atenta ao plano, percebe-se que existe um conjunto de investimentos nas freguesias. Percebe-se igualmente o esforço em melhorar as condições das populações destas áreas, através de projetos transversais a todo o concelho. É nesse sentido que a autarquia tem que se posicionar, sob pena de nada ser feito.

Aproveitou para devolver as questões da vereadora Elza Vitório, desafiando-a e ao PSD a apresentarem propostas efetivas, que sejam inovadoras e/ou que permitam a fixação e a captação de pessoas, mas que se enquadrem no âmbito do quadro comunitário. Reforçou que o executivo em funções está aberto e ávido de respostas para estas questões.

Manifestou ainda a sua preocupação pelo facto de não ter havido investimento nos últimos anos, não só em Abrantes, mas em Portugal, que permitisse fixar populações, contrariando os efeitos dramáticos da emigração, do desemprego e da precariedade no trabalho.

Em seguida, aproveitou para apresentar resumidamente o ITI – Investimento Territorial Integrado, referindo que se trata de um instrumento definido em conjunto pelos municípios que integram o Médio Tejo para o horizonte 2014-2020, em fase de negociação, e que já foi objeto de vários ajustamentos, em função dos fundos comunitários previstos, quer para o país, quer para a região.

Quanto à inovação, disse que não há margem, neste momento, para projetos inovadores. Todos terão que ser realistas em reconhecer este aspeto. A inovação residirá apenas em projetos imateriais, que procurarão colmatar o evidente desinvestimento em diversas áreas.

A vereadora Celeste Simão aproveitou para salientar o facto de a atividade municipal, com o plano estratégico e com os planos e projetos agora em discussão, ficar alicerçada em linhas orientadoras e não em medidas avulsas. Este plano estratégico, donde saem todos os outros planos, determinará o caminho a seguir, ajustado à escassez de recursos, quer humanos, financeiros, ou materiais.

**Deliberação:** Por maioria, com a abstenção da vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, e do vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, aprovar o Plano Estratégico Abrantes @2020.

A vereadora Elza Vitório apresentou a seguinte declaração de voto:

*"Não se encontram medidas que abranjam o Concelho.  
Não se encontram investimentos inovadores.  
Não se encontram medidas que contribuam para fixar e captar população.  
Pelo que acima se evidencia, o voto da Vereadora eleita pelo Partido social Democrata é de abstenção."*

O vereador Avelino Manana apresentou a seguinte declaração de voto:

*"No Plano Estratégico "Abrantes 2020" está indicado que o montante estimado para concretizar o Plano de Ação rondará os 94 ME.*

*Acrescenta-se que este montante atingirá os 59% da Receita previsionada até 2020.*

*Também se indica que a cobertura feita pelos Fundos Comunitários (FC) possa vir a atingir mais de 50% do valor total dos 94 ME, e chegar à taxa dos 85% de participação.*

*Perante estes dados, a CDU apresenta alguma preocupação em relação ao financiamento deste montante, tendo em conta a Despesa dos últimos orçamentos, bem como a sua repartição entre Despesa Corrente e Despesa de Capital. Também a este propósito, o próprio estudo assume que "(...) perante a magnitude dos valores apresentados ( ...) a exequibilidade orçamental do Programa de Ação proposto será fundamentalmente condicionada pela capacidade que o município venha a demonstrar em matéria de captação de recursos externos".*

*Em relação aos critérios de escolha das áreas prioritárias estamos de acordo em termos genéricos com as grandes linhas propostas, mas já discordamos em relação à responsabilidade do financiamento para as diferentes áreas. A CDU entende que a responsabilidade do financiamento de algumas áreas pertence prioritariamente ao Poder Central por ser da sua competência.*

*É o caso das seguintes áreas:*

- Melhoria das Condições de Acolhimento das Instituições de Ensino Superior e I&D;*
- Dinamização de Práticas Educativas e Formativas de Referência;*
- Qualificação da Oferta de Serviços de Saúde;*
- Rede de Infraestruturas de Acolhimento Empresarial;*
- Pacote de Incentivos a Projetos Estruturantes de Investimento.*

*O valor total proposto para o financiamento das áreas apontadas ronda os 20 ME, valor que, na opinião da CDU, poderia ser redistribuído, pelo menos em parte, pelas áreas que consideramos ser de competência municipal.*

*Além das questões, acima consideradas em relação à responsabilidade de financiamento de determinadas áreas, apresenta-se também dúvidas quanto ao retorno de alguns investimentos nessas áreas, como por exemplo, o retorno dos investimentos no Tecnopolo.*

*A estas dúvidas acresce-se o facto de desconhecermos o resultado da aplicação dos critérios de distribuição dos FC pelas áreas propostas, bem como das suas taxas de comparticipação.*

*Pelas razões expostas acima o voto da CDU é de abstenção.”*



**Nº 02 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** que remete para aprovação, proposta de revisão do PUA – Plano de Urbanização de Abrantes. – PG 101142

A Presidente da Câmara fez uma apresentação sobre o PUA e sobre as principais áreas de intervenção previstas no mesmo, localizando-as geograficamente para melhor perceção de todos os presentes.

A vereadora Elza Vitório referiu que se iria abster da votação, fundamentando-se na sua declaração de voto que, mais adiante, se transcreve.

A Presidente da Câmara referiu que não se encontram previstos no PUA investimentos como o tratamento de esgotos porque essa não é uma necessidade para o horizonte temporal previsto no plano. As infraestruturas atualmente previstas servem uma população que ultrapassa a capacidade de edificação proposta no PUA.

Sobre as questões demográficas apontadas na declaração, escusou-se a comentar porque já o fez anteriormente.

Sobre o facto da dispersão, disse que a cidade não está a ser feita do zero, pelo que existem muitas condicionantes que, infelizmente, impedem outra forma de atuação.

Salientou os esforços em evitar custos com infraestruturação e com a manutenção das infraestruturas já existentes, bem como a preocupação em tornar a cidade capaz de atrair visitantes e a população próxima que usa as redes e equipamentos do concelho.

Aproveitou também para referir que o PUA é o primeiro plano que irá ser colocado à apreciação da tutela depois da entrada em vigor de nova legislação sobre a matéria.

**Deliberação:** Por maioria, com a abstenção da vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, validar a proposta técnica de revisão do PUA – Plano de Urbanização de Abrantes - e apresentá-la à CCDR.LVT, nos termos do nº 3 do Artigo 86º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio (regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial), para efeitos de conferência procedimental.

A vereadora Elza Vitório apresentou a seguinte declaração de voto:

*"Apesar de existirem melhorias em relação ao último PUA, continua a constatar-se a ausência de uma visão holística da Cidade e do Concelho, porque um Plano de Urbanização deve garantir:*

*Uma Cidade funcional;*

*Uma Cidade económica que não sobrecarregue os cidadãos com impostos - a área urbana é enorme para uma população muito pequena com uma densidade baixíssima de 11 habitantes por hectare, o que, em conjugação com a não funcionalidade leva à dispersão.*

*Há medidas concretas para contrariar a perda de população?*

*Uma Cidade que tenha em consideração os aspetos ecológicos e a pegada ecológica - existem 39 milhões para obras prioritárias, porém, das 22 Orientações estratégicas não se encontra qualquer investimento em infra-estruturas para tratamentos de esgotos.*

*Face ao que acima se expôs o voto da Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata é de abstenção."*



A Presidente da Câmara interrompeu a reunião de câmara para uma pequena pausa, por um período aproximado de dez minutos.



A reunião foi reiniciada com a apresentação, por parte da Presidente da Câmara, da proposta do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade Abrantes, plano que se encontra em elaboração e cuja elaboração +é obrigatória para que o município se possa candidatar à Medida Regeneração Urbana do novo quadro comunitário, para conhecimento de todos os presentes.



**Nº 03 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão,** remetendo para aprovação, o Projeto Educativo Municipal de Abrantes. – PG 228957

A Presidente da Câmara fez uma apresentação sobre o Projeto Educativo Municipal, salientando que se trata de um projeto que envolveu toda a comunidade educativa e fazendo alusão a alguns aspetos relacionados com as medidas e com as métricas nele previstas.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o Projeto Educativo Municipal de Abrantes.



**Nº 04 – Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão,** remetendo para aprovação, o Plano Municipal para a Cidadania, Igualdade de Género e Não Discriminação. – PG 160998

A Presidente da Câmara fez uma apresentação alusiva ao plano, destacando alguns dos seus pontos mais importantes.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o Plano Municipal para a Cidadania, Igualdade de Género e Não Discriminação.



### **Encerramento da Reunião**

A Presidente da Câmara aproveitou para salientar a importância da aprovação destes projetos e planos que definem a estratégia a ser seguida no decurso dos próximos anos.

Destacou que o trabalho apresentado contou com a participação de muitas pessoas e agradeceu a colaboração de todos os que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos, quer o executivo, os colaboradores do município, os prestadores de serviço e todos os elementos da comunidade abrantina que, no exercício da sua cidadania, se mobilizaram, quer ao nível individual, quer institucional.

Deixou ainda o desafio para que todos possam efetivamente trabalhar para construir um futuro coletivo, o que implica que todos assumam a sua responsabilidade.

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas treze horas e quinze minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que fica aprovada.

A Técnica Superior a redigiu e também a assina.

**A PRESIDENTE DA CÂMARA**

**A TÉCNICA SUPERIOR**